

10 ANOS DA LEI DE DROGAS

ASPECTOS CRIMINOLÓGICOS,
DOGMÁTICOS E POLÍTICO-CRIMINAIS

Érika Mendes de Carvalho
Gustavo Noronha de Ávila
[Orgs.]

D'PLÁCIDO
EDITORA

10 Anos da lei de drogas:

Aspectos criminológicos, dogmáticos e político-criminais

Érika Mendes de Carvalho
Gustavo Noronha de Ávila
[Orgs.]

Adrian Barbosa e Silva
Alexandre Moraes da Rosa
Andressa Paula de Andrade
Andreza Cristina Mantovani
Antonio Eduardo Ramires Santoro,
Antonio J. de F. Pêcego
Carlos Hélder Mendes
Cidânia Aparecida Locatelli
Clécio Lemos
Daiane Ayumi Kassada
Décio Franco David
Diego Augusto Bayer
Édson Luís Baldan
Elaine Pimentel
Érica Babini Lapa do Amaral Machado
Érika Mendes de Carvalho
Gustavo Noronha de Ávila
Gustavo Trento Christoffoli
Hugo Leonardo Rodrigues Santos
Humberto Ribeiro Junior
Isadora Vier Machado
Jéssica Maria Nogueira Bezerra de Carvalho
Júlia Tasca
Laura Girardi Hypolito
Leonardo Marcondes Machado
Luciano Santos Lopes
Luís Carlos Valois
Luiz Henrique Bianchi Madera
Luiz Rosado Costa
Marco Alexandre de Souza Serra

Marcus Alan de Melo Gomes
Mauro Fonseca Andrade
Nara Borgo Cypriano Machado
Natália Lucero
Neemias Moretti Prudente
Nilo Cezar Martins Pompílio da Hora
Pablo Ornelas Rosa
Pablo Rodrigo Afllen
Paula Pereira Gonçalves Alves
Paulo César Busato
Rafael Altoé
Rafael Maciel Artuzo
Ricardo Alves Domingues
Rodrigo da Silva Brandalise
Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo
Sebastian Scheerer
Soraia da Rosa Mendes
Túlio Vianna
Vera Maria Guilherme
Victor Siqueira Serra
Yuri Felix



D'PLÁCIDO
EDITORA

Copyright © 2016, D'Plácido Editora.
Copyright © 2016, Os Autores.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa
Letícia Robini de Souza

Diagramação
Bárbara Rodrigues da Silva

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D'Plácido Editora.



Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte - MG
Tel.: 3261 2801
CEP 30140-007

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

10 Anos da lei de drogas: aspectos criminológicos, dogmáticos e político-criminais.
CARVALHO, Érika Mendes de; ÁVILA, Gustavo Noronha de. [Orgs.] -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

Bibliografia
ISBN: 978-85-8425-368-5

1. Direito 2. Direito Penal 3. Criminologia I. Título II. Artigos

CDU 343.2/7

CDD 341.5

Horizonte de projeção da criminologia crítica na política de drogas no Brasil

11

Adrian Barbosa e Silva¹

“[...] Não é possível revirar todos os valores? E o Bem não seria o Mal? e Deus apenas uma invenção e finura do Demônio? Seria tudo falso, afinal? E se todos somos enganados, por isso mesmo não somos também enganadores? Não temos de ser também enganadores? – tais pensamentos o conduzem e seduzem, sempre mais além, sempre mais à parte”.
(*Nietzsche*)

1. Aspectos introdutórios (ou pela iminente problematização da política de drogas desde o aporte criminológico-crítico)

Ainda que de forma indeterminada e imprecisa, a experiência histórica revela que as sociedades humanas erguidas ao longo do processo civilizatório tiveram (assim como ainda têm) constante convivência com determinadas espécies de drogas², produzindo, conseqüentemente,

¹ Professor de Direito Penal e Direito Processual Penal do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Mestre em Direito (área de concentração em Direitos Humanos) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC). Coordenador do Grupo Cabano de Criminologia (GCRIM). Advogado. E-mail: adrian_abs26@hotmail.com.

² “Toda sociedade possui as suas drogas. A cada estrutura social corresponde uma estruturação do uso da droga adequada a ela, tanto com relação à substância como no que diz respeito às características dos consumidores e do tipo de consumo. Desta forma, a Idade Média apresentava um gosto marcante por pratos com tempero ocidental – uma forma de apetite que desapareceu repentinamente no

distintas e mutáveis programações políticas dotadas de representações, funcionalidades e horizontes de compreensão próprios, sejam estes culturais, econômicos, medicinais, e, dentre outros, jurídicos, sob o prisma normalizador-sancionatório. No acompanhamento das abordagens, constata-se conjuntamente a existência de diversos saberes especializados direcionados a investigar a droga e sua sistematização política, seus efeitos micro e macro, como os da neurociência, sociologia, antropologia, criminologia etc.

Diante disso, este ensaio intenta problematizar a atualidade da política criminal de drogas no cenário brasileiro, inserindo-a no contexto da transnacionalização da *war on drugs* norte-americana para a América Latina, a partir do referencial da teoria crítica do controle social (criminologia crítica³), cabendo precisa delimitação: “Droga é uma palavra criada pela proibição. Na realidade, o que existe são tóxicos. Tóxicos: alguns deles são proibidos e justamente esses que são proibidos se chamam drogas”⁴. A droga é que um criação política.

século XVII; os aristocratas do século XVIII bebiam preferencialmente chocolate, enquanto a burguesia se fixou no consumo do café. No século XVIII, o tabaco era aspirado, ao passo que antes era fumado em cachimbo e depois sob forma de charuto (séc. XIX) e cigarro (séc. XX). O ópio e o haxixe foram livremente utilizados como meios usuais de cura e para a obtenção de prazer, sem que sequer se falasse de dependência; mas logo a seguir, subitamente tratados como drogas e como tais proibidos. O Papa Leão XIII tomava cocaína junto com vinho, louvando-a pessoalmente como benfeitoria da humanidade (*benefactor humanitatis*) – e pouco mais tarde a cocaína era perseguida como substância diabólica. Outras drogas também passaram por semelhantes ‘carreiras’ e súbitas ‘passagens de status’ (*rites de passage*) ou ainda passarão por elas, sendo possível também haver um vaivém frequente, em múltiplos estágios intermediários, entre a permissão e a proibição” (SCHEERER, Sebastian. Teses para a aporia do discurso médico-jurídico. In: GONÇALVES, Odair Dias; BASTOS, Francisco Inácio (Org.). **Só Socialmente...** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992, p. 66).

³ Se a rigor não existe a senão as criminologias críticas, este aporte deriva de uma pluralidade de iniciativas reativas ao paradigma etiológico sobre a questão criminal e, não obstante o caráter heterogêneo, sustenta uma unidade crítica a partir de três questões em comum: (a) negação do pressuposto do delito natural; (b) constante autocrítica a que se submete o pensamento crítico; e (c) a reflexão sobre as relações entre indivíduo e autoridade (preocupação com a ordem social) (CARVALHO, Salo de. Criminologia crítica: dimensões, significados e perspectivas atuais. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, n.º 104, set/out, 2013, pp. 288-289).

⁴ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Guerra às drogas e letalidade do sistema penal. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n.º 63, out./dez., 2013, p. 115.

Fato é que se por um lado o contato humano com substâncias tóxicas corresponde ao próprio contato do homem com a natureza, no seio das relações de domínio/conquista e de aplicação da técnica, a história do “proibicionismo”⁵ é bem recente e, certamente, data cerca de um pouco mais de cem anos. É preciso ficar claro que o ponto nodal não diz respeito propriamente às consequências psicoativas das substâncias tornadas ilícitas (*problemas primários*), mas como a repressão criminalizante tem papel medial à problemática estrutural do sistema penal e das redes de expansão dos horizontes de punitividade (*problemas secundários*⁶).

A investigação criminológica a propósito do proibicionismo das drogas é imprescindível posto que os processos de criminalização e combate belicista à “criminalidade” evidenciam a crença na pena como portadora dos fins de defesa social e, logicamente, das ideias de proteção de interesses sociais fundamentais da sociedade (v.g. “saúde pública”) a partir da prevenção e da repressão à determinadas condutas desviantes tornadas ilícitas, oferecendo elementos para um diagnóstico sobre (in)factibilidade da missão político-criminal, para além de especulações impalpáveis e concentrando-se no empírico, que assessora no desvelo das reais intenções (não declaradas) de um projeto afeito à hegemonia do capitalismo globalizado neoliberal.

Neste sentido, visa-se projetar os aportes teóricos da criminologia contemporânea à política criminal de drogas brasileira buscando analisar a programação proibicionista desde o ponto de vista da questão criminal⁷ introduzida na reflexão de um modelo integrado de ciências

⁵ Segundo Karam, em uma primeira aproximação, entende-se o proibicionismo como “um posicionamento ideológico de fundo moral, que se traduz em ações políticas voltadas para a regulação de fenômenos, comportamentos ou produtos vistos como negativos, através de proibições estabelecidas notadamente com a intervenção do sistema penal – e, assim, com a criminalização de condutas através da edição de leis penais –, sem deixar espaço para as escolhas individuais, para o âmbito de liberdade de cada um, ainda quando os comportamentos regulados não impliquem em um dano ou em um perigo concreto de dano para terceiros” (KARAM, Maria Lúcia. Legislações Proibicionistas em Matéria de Drogas e Danos aos Direitos Fundamentais. **Verve**, São Paulo, n.º 12, 2007, pp. 181-182).

⁶ Cf. HULSMAN, Louk; VAN RANSBEEK, Hilde. Evaluation critique de la politique des drogues. **Déviance et Société**, Genève, vol. 7, n.º 3, pp. 271-280, 1983.

⁷ Campo com abrangência a diversos objetos de análise (v.g. crime, penalidade, controle social, segurança etc.), desde o esforço crítico de observação do di-

criminais, tendo como norte uma percepção teórico-crítica dos direitos humanos questionadora da repressão penal e, como hipótese, a assertiva de que a política criminal de drogas no Brasil carrega amarras positivistas legitimadoras do punitivismo e do genocídio da juventude negra face ao grande encarceramento, tensionando seus fundamentos epistemológicos e ideológicos.

Por fim, a partir do seguinte interrogante “em que medida a política criminal de drogas no Brasil é compatível com a tutela dos direitos humanos e o projeto democrático?” objetiva-se complexificar o debate em nossa margem e impulsionar a construção de uma visão crítica que radique a defesa intransigente dos direitos humanos no esteio da consolidação democrática.

2. Política de guerra às drogas no Brasil: programação criminalizante e pretensões político-criminais declaradas

Desde há muito foram superadas as (re)construções lineares e evolutivas da história, sendo crucial compreender seus capítulos enquanto rupturas e permanências. Assim, se por um lado pretende-se não incorrer em reducionismos historiográficos, por outro, indubitável que se trata de condição de possibilidade do conhecimento pensar o passado num *continuum* com o presente⁸. À luz disso, abordar os principais momentos legais de criminalização das drogas implica reportar o entendimento político-ideológico das incursões penais na atualidade.

No Brasil, é nas Ordenações Filipinas (Livro V, Título LXXXIX – “Que ninguém tenha em sua casa rosagar, nem o venda nem outro material venenoso”) que se apercebe a primeira vedação normativa ao uso, porte e comércio de substâncias entorpecentes, tendo sido

reito penal e da sociologia do desvio, sob uma ótica não-hermética e aberta a diversos campos do conhecimento (v.g. política, cultura, economia, psicanálise etc.), a expressão se consagra no âmbito das ciências criminais com a fundação da revista italiana *La Questione Criminale* (1975), por Alessandro Baratta e Franco Bricola, vindo a se tornar *Dei Delitti e delle Pene* (1983) e, atualmente, após o falecimento de Baratta, *Studi sulla Questione Criminale. Nuova serie di Dei Delitti e delle Pene*, sob a direção de seus discípulos: Dario Melossi, Tamar Pitch e Giuseppe Mosconi, tendo Massimo Pavarini falecido em 29.09.15.

⁸ GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método – I: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Trad. Flávio Paulo Meurer. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 430.

omitida no Código Penal do Império (1830), mas estando presente no Código Penal da República (1890), no rol de “Crimes contra a Tranquilidade Pública” (Título III, Parte Especial; art. 159 “Expor à venda, ou ministrar, substâncias venenosas sem legítima autorização, e sem as formalidades prescritas nos regulamentos sanitários”).

Em 1912, o Brasil subscreve o protocolo suplementar da Conferência Internacional do Ópio, que ocorrera em Haia, tendo o Decreto nº. 2.861, de 08.07.14 sancionado resolução que aprovou a adesão por parte do Congresso Nacional. Na expressão da Convenção Internacional sobre o Ópio (1912) – primeira ação internacional, diga-se –, adotada pela Liga das Nações, anota Nilo Batista que é a partir do Dec. 11.481, de 10.02.15, que “[...] a política criminal brasileira para drogas começa a adquirir uma configuração definida, na direção de um modelo que chamaremos ‘sanitário’ e que prevalecerá por meio século”⁹. Com a Consolidação das Leis Penais (1932), acrescenta-se condutas em doze novos parágrafos referentes ao art. 159, CP.

Interessante atentar que “embora sejam encontrados resquícios de criminalização das drogas ao longo da história legislativa brasileira, somente a partir da década de 40 é que se pode verificar o surgimento de *política proibicionista sistematizada*”¹⁰, o que ocorrerá na continuidade da intensificação repressiva dos Decretos 780/36 e 2.953/38, com o advento da Convenção para Limitação da Fabricação e Regulação da Distribuição de Drogas Narcóticas – Convenção de Genebra (1931) –, a partir do Decreto-Lei 891/38. Posteriormente, ocorrerá a recodificação com o advento do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), sob a epígrafe “comércio clandestino ou facilitação de uso de entorpecentes” (art. 281, CP), e que será, com o passar dos anos, complementada pelo Decreto-Lei 4.729/42 (cultivo) e Lei 4.451/64 (plantação).

Rosa del Olmo atesta que na década de 50 *experts* internacionais (v.g. Organização Mundial da Saúde e Organização das Nações Unidas) passaram a emitir observações e medidas de controle farmacológicas, médicas e jurídicas, deslocando o problema da droga à esfera da saúde pública, difundindo no espaço internacional os modelos ético-jurídico

⁹ BATISTA, Nilo. Política criminal com derramamento de sangue. **Discursos Sediciosos**, Rio de Janeiro, v. 5/6, 1998, p. 131.

¹⁰ CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil**: Estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 59.

e médico-sanitário. Predominando o discurso ético-jurídico – cujo principal veículo de divulgação será o Protocolo para Regular o Cultivo de Papoula e o Comércio de Ópio, assinado em Nova Iorque (1953) –, forja-se o estereótipo moral que liga a droga à *periculosidade* (o consumidor adquire ares patológicos de vício e degeneração), dando-se espaço para a insurgência do *modelo médico-sanitário*¹¹. A década de 60 pode ser compreendida como o momento de consolidação definitiva do discurso médico, passando a droga a ser sinônimo de *dependência*. Por sinal, a entrada do Brasil no cenário internacional de repressão às drogas “[...] ocorrerá somente após a instauração da Ditadura Militar, com a aprovação e promulgação da Convenção Única sobre Entorpecentes pelo Decreto 54.216/64, subscrito por Castello Branco”¹².

Na conjuntura ditatorial, perpassando o contexto de bipolarização mundial em vista da guerra fria na esteira do capitalismo industrial de guerra – momento de *boom* das drogas, contraculturas, movimentos de protesto político, guerrilhas latino-americanas etc. –, o golpe de Estado irá alinhar o modelo sanitário à perspectiva bélica, conjuntura propícia para a insurgência da *doutrina da segurança nacional*, fundada em 1949 na Escola Superior de Guerra, inspirada na National War College que, por sua vez, seleciona o “inimigo interno”, qual seja o “uso de tóxicos” tido como “tática da guerra revolucionária contra a ‘civilização cristã’”¹³.

Num período de expansão do consumo das drogas – não mais apenas de negros, pobres, porto-riquenhos, mexicanos, delinquentes, mas também a juventude branca de classe média norte-americana –, Rosa del Olmo analisa que a questão da droga será apresentada como uma verdadeira “luta entre o bem e o mal”, sendo ela própria demonizada, conjuntamente com seus adquirentes “vampiros” que ameaçam a tranquilidade dos “filhos de boa família”. Surgirá assim um duplo discurso sobre a droga: *discurso médico-jurídico* (conjunção do modelo médico-sanitário – *estereótipo da dependência* – e do modelo ético-jurídico – *estereótipo do criminoso*), “o qual serviria para estabelecer a **ideologia da diferenciação**, tão necessária para

¹¹ OLMO, Rosa del. **A face oculta da droga**. Trad. Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Revan, 1990, pp. 30-33.

¹² CARVALHO, **A política criminal**..., pp. 61-62.

¹³ BATISTA, *Política criminal com derramamento*..., p. 138.

poder distinguir entre consumidor e traficante. Quer dizer, entre doente e delinquente”¹⁴.

Em 1971, a partir da expansão do uso da heroína pós-guerra do Vietnã, o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, declara serem as drogas “o primeiro inimigo público não econômico”, sendo este o marco da *war on drugs* que viria a se consolidar com Reagan e, posteriormente, com Thatcher, na Inglaterra da década de 80¹⁵. Destaca Orlando Zaccone¹⁶ que, com a eclosão da declaração de guerra às drogas e explosão dos movimentos de lei e ordem nas décadas seguintes, o modelo médico-jurídico passa a delinear o modelo jurídico-político em que o traficante passa a ser visto como “inimigo”, enquanto aos usuários são oferecidas alternativas descriminalizantes que vão além do tratamento médico-compulsório.

Dada a transnacionalização, em 1976 tem-se a entrada em vigor da Lei nº. 6.368/76, legislação antidrogas hoje revogada pela atual Lei nº. 11.343/06, que instituiu o Serviço Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) e “prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes” (art. 1º). Desde o art. 3º¹⁷ do referido diploma legal, ficam claros aqueles que seriam os objetivos declarados da política de drogas brasileira: (a) *prevenção* do

¹⁴ OLMO, **A face oculta**..., p. 34, grifo nosso.

¹⁵ “Com o consumo de heroína se elimina, em matéria de segurança, o *inimigo interno*, mas começa a surgir no começo dos anos setenta a discussão sobre o *inimigo externo*, referindo-se particularmente ao tráfico. Era a forma de responsabilizar pelo consumo de drogas no ‘Mundo Livre’ um país então inimigo; discurso que se difundiria rapidamente em outros países na mesma época com grande intensidade” (OLMO, **A face oculta**..., p. X). Sobre a guerra às drogas arquitetada pelos EUA, cf. DRUG POLICY ALLIANCE. **A brief history of drug war**. Available at: <<http://www.drugpolicy.org/new-solutions-drug-policy/brief-history-drug-war>>. Accessed 09 July 2016.

¹⁶ D’ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada**: Quem são os traficantes de drogas. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p. 88.

¹⁷ “Art. 3º. O Sisnad tem a finalidade de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com:
I – a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas; II – a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas”.

uso indevido (figura do usuário) e (b) repressão ao comércio (figura do traficante), ambas face às drogas tornadas ilícitas.

Sustentando sempre o respeito aos direitos humanos¹⁸, a finalidade última da legislação, tal qual vem entendendo a doutrina nacional, é a proteção da saúde pública, a qual pretende fazer a partir da criminalização sobretudo a partir, ademais de outros tipos penais, dos delitos de tráfico de entorpecentes (art. 33¹⁹) e consumo de drogas (art. 28²⁰), consolidando a “ideologia da diferenciação”. Eis o discurso oficial: portador de uma visão globalizante do crime e da pena chamada de “ideologia da defesa social”, isto é, a ideologia própria da ciência penal cuja função principal é a justificação e a racionalização do sistema de controle social em geral (mas em particular, do controle punitivo) como prática científica de defesa da sociedade contra o crime²¹, realocando funcionalidade social ao penal, neste caso, aplicada às drogas, ponto comum entre as legislações brasileiras que apenas cambiaram de acordo com a tática reativa de controle.

3. Modelo integrado de combate às drogas e defesa social

Pensar a questão das drogas (objeto de análise) a partir da criminologia reclama problematização de seus próprios horizontes enquanto saber na atualidade, sendo o “curso dos discursos sobre a questão criminal”²² uma interessante chave de compreensão, é dizer,

¹⁸ “Art. 4º. São princípios do Sisnad: I – o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade; [...]”.

¹⁹ “Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena – reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa”.

²⁰ “Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: I – advertência sobre os efeitos das drogas; II – prestação de serviços à comunidade; III – medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo”.

²¹ PAVARINI, Massimo. *Control y dominación*: Teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico. Trad. Ignacio Muñagorri. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002, pp. 49-50.

²² ZAFFARONI, Eugenio Raúl. La criminología como curso. In: *En torno a la cuestión criminal*. Montevideo-Buenos Aires: B de F, 2005.

a transmutação de conhecimentos forjados no cenário de específicas estruturas geopolíticas e econômicas, cujas programações políticas sobre o controle e a administração do delito (modelos integrados de ciências criminais) condizem com as sociedades em que foram instituídas.

Com os trabalhos desenvolvidos na “Escola sociológica” francesa, de Gabriel Tarde, na “Escola social” alemã, com Franz von Liszt, mas, especialmente, na “Escola Positiva” italiana, a partir de Cesare Lombroso, com a publicação da influente obra *L'uomo delinquente* (1876), Raffaele Garofalo, com *Criminologia. Studio sul delitto e sulla teoria della repressione* (1885) e Enrico Ferri, em *Sociologia Criminale* (1891), respectivamente, numa visão tridimensional (antropológica, sociológica e jurídica), verifica-se arcabouço teórico do positivismo criminológico, de consagração da criminologia como disciplina científica direcionada a investigar a figura do criminoso e as causas do crime.

Neste contexto, merece destaque o trabalho desenvolvido por Liszt, que irá situar uma espécie de posição eclética entre as Escolas Liberal e a Positiva, posto ser da maior importância a reestruturação dada no estudo das disciplinas penais com a sua “ciência total do direito penal” (*Gesamte Strafrechtswissenschaft*), modelo sistematizador das disciplinas penais que, frente a outros (v.g. Arturo Rocco²³), consolidou-se oficialmente ao atribuir à criminologia o posto de “disciplina auxiliar” à dogmática e política criminal; abordagem ortodoxa, porém ainda oficial.

Dada as circunstâncias, ao constatar a insuficiência formal das construções filosóficas clássicas pautadas em silogismos (binômio crime-pena), a criminologia positivista forjou método indutivo pautado nas ciências naturais: o paradigma etiológico. Com base nas estatísticas criminais, o crime, tido como ontológico, é investigado a partir de suas “causas”, devendo ser combatido desde sua raiz; com a pena, o criminoso, senão melhorado, caberia ser neutralizado (correcionalismo). Nas tradições biologicista e antropológica, com análises anatômicas e estético-fisiológicas, o criminoso seria um “degenerado portador de anomalias”, tendencioso às práticas criminosas. No viés sociológico, os fatores do crime seriam ambientais, socioeconômicos e culturais (v.g. bairro periférico, pobreza, família desestruturada

²³ Cf. ROCCO, Arturo. Il Problema e Il Metodo della Scienza del Diritto Penale. *Rivista de Diritto e Procedura Penale*, v. 1, pp. 497-561, 1910.

etc.), encarando, de modo determinista, o agente como “criminoso nato”²⁴. Instaura-se, sob respaldo da ciência, um discurso de combate à criminalidade (“mal”) em defesa da sociedade (“bem”), no qual o criminoso, é o alvo da política criminal científica identificadora das causas a serem enfrentadas: a periculosidade (passado) deve dar lugar à recuperação (futuro)²⁵.

À forma da *Gesamte*, esses elementos correspondem à função instrumental da criminologia ao sistema penal e à política criminal, visto ontologizar o crime e patologizar o criminoso, convertendo-se em instância legitimadora do poder punitivo, redimensionando, assim, a atuação das agências de administração do sistema de justiça, e, ao mesmo tempo, intensificando o “narcisismo teórico dogmático-penal”²⁶, passando a englobar em sua base arquetípica institutos etiológicos (v.g. periculosidade, reincidência, personalidade etc.).

Para Baratta²⁷, o positivismo incorreu em aceitação acrítica e a-histórica das definições legais como princípios determinantes da realidade, desconsiderando por completo os mecanismos de definição e seleção que permeiam os processos de aplicação da lei penal, o que, não obstante, possibilitou a aplicação das variáveis de (a) normalidade aos sujeitos selecionados pelo sistema penal, que não problematizado, passa a ser legitimado pela dependência dogmática da criminologia. Na atualidade, porém, não apenas o positivismo ocupa o *status* de criminologia oficial, como também sua ideologia se espalhou por

²⁴ “No terreno da criminologia, isso serviu, como se sabe, para estabelecer critérios de anormalidade, doença, desvio, patologias sociais ou ‘desagregação social’, no caso da chamada delinquência e da dita conduta desviada. [...] Tudo isso serviu para estabelecer, sobre a realidade de classe da população carcerária, associações entre o pobre, o feio, o anormal e o perigoso. E ao contrário, também: o rico, o são, o belo, o inofensivo, livrando-se assim as condutas danosas dos poderosos e constituindo-se um estereótipo do delinquente, que pertencia sempre às classes subalternas” (ANIYAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia da libertação**. Trad. Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2005, p. 74).

²⁵ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: Mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. **Sequência**, Florianópolis, v. 30, 1995, p. 26.

²⁶ CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, pp. 91-110.

²⁷ BARATTA, Alessandro. Criminología y Dogmática Penal. Pasado y futuro del modelo integral de la ciencia penal. **Papers**: Revista de Sociología, Barcelona, nº 13, 1980, p. 16.

diversos níveis da estrutura social, inclusive no senso comum do homem de rua (*everyday theories*).

É possível afirmar, portanto, que o modelo brasileiro de *war on drugs* se funda em um modelo integrado de ciências criminais de base ortodoxo-tradicional, cuja perspectiva (a) *dogmática jurídico-penal* trabalha com categorias de direito penal do autor (meta-regras) e viola critérios materiais de criminalização (teoria do bem jurídico), (b) o *processo penal* limita garantias processuais (restrição de direitos humanos), (c) a *política criminal* é essencialmente defensivista e (d) o *discurso criminológico* é positivista-determinista (paradigma etiológico).

Desde o ponto de vista dogmático-penal, ademais da problemática questão envolvendo a proteção do (pseudo)bem jurídico “saúde pública”²⁸, vislumbra-se categorias arquetípicas de autor: o “traficante” e o “usuário”, cuja distinção fundamental que conduzirá o indivíduo a consequências radicalmente distintas (pena privativa de liberdade de 5 a 15 anos em abstrato ou responsabilização não-carcerária) se dá pela identificação do “especial fim de agir” presente no tipo objetivo face à conduta realizada à luz do art. 28, §2º, da Lei nº. 11.343/06²⁹, a partir da discricionária análise de circunstâncias essencialmente subjetivas e vinculadas às características pessoais do indivíduo, viabilizando verdadeira abertura para o decisionismo e

²⁸ “Nos delitos constantes da Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas), as criminalizações são vinculadas a um suposto bem jurídico, a saúde pública. Trata-se, porém, de um falso bem jurídico-penal. O recurso a bens jurídicos aparentes, de natureza coletiva, encobre uma antecipação indevida da atuação do Direito Penal e uma inadmissível ingerência na autonomia individual. A ausência de um autêntico bem jurídico não é, contudo, sintoma da deficiência desse referencial material, mas manifestação de uma intervenção penal ilegítima, arbitrária e desproporcional. Criminalizações sem bem jurídico significam, em verdade, mera tutela da própria vigência normativa, com independência de suas bases concretas (materiais ou imateriais) relacionadas à vida em sociedade” (ÁVILA, Gustavo Noronha de; CARVALHO, Érika Mendes de. Falsos bens jurídicos e política criminal de drogas: Uma aproximação crítica. In: BRAGA, Romulo Rhemo Palitot; GUERRA, Amparo Martínez (Org.). **III Encontro de Internacionalização do CONPEDI**. Madrid: Ediciones Laborum, 2015, pp. 152-153).

²⁹ “Art. 28, §2º. Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente”.

metarregras³⁰, o que está intrinsicamente vinculada à uma concepção criminológica determinista e ontológica do criminoso nato e do delito natural, como se a droga fosse via hábil para identificar uma determinada concepção desviante, seja patológica de dependência (usuário), seja de tendência voltada para o cometimento reiterado de crimes (traficante)³¹.

Por tais elementos, é possível sustentar que o modelo penal integrado de combate às drogas satisfaz a base principiológica de defesa social sustentada por Baratta: *princípio de legitimidade* (o Estado detém legitimidade para reprimir a criminalidade a partir das agências de controle social); *princípio do bem e do mal* (as drogas são danosas à sociedade, sendo o traficante e o usuário elementos negativos); *princípio de culpabilidade* (o delito é expressão de uma atitude interior reprovável); *princípio da prevenção* (pena visa tutelar a saúde pública, reprimir o tráfico e prevenir o consumo); *princípio da igualdade* (a criminalidade é entendida como violação da lei penal e os criminosos correspondem a uma minoria desviante); e, *princípio do interesse social/delito natural* (o conteúdo da lei penal é expressão da vontade geral, constituindo o delito a violação de interesses fundamentais das nações civilizadas). Cria-se, assim, um sistema de quatro bases: (a) nexo causal entre consumo e dependência (evolução necessária entre drogas brandas para duras); (b) condução dos toxicômanos à subculturas e à anormalidade; (c) condutas antissociais e delitivas dos toxicodependentes (carreiras criminais); e (d) dependência irreversível e enfermidade psicoativa dos dependentes³².

³⁰ “[...] se o estigma tradicional do tipo ideal positivista sustentou a atuação das agências repressivas durante a formação dos sistemas penais latino-americanos, a partir da década de oitenta, com a incorporação das formas de criminalidade organizada pelo direito penal, ocorre resignificação nas metarregras pela vivificação da ideia de inimigo do narcotraficante. Assim, se tradicionalmente o inimigo objeto da repressão penal era aquele que atuava de forma difusa (criminalidade de massas), atualmente é percebido nos agentes da criminalidade organizada” (CARVALHO, A política criminal de drogas..., p. 158).

³¹ Cf. YOUNG, Jock. **Drugs: Absolutism, relativism and realism**. Available at: <<http://www.malcomread.co.uk/JockYoung/subculture.htm>>. Accessed 24 July 2014, pp. 1-53.

³² Cf. BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: Introdução à sociologia do direito penal**. 3ª ed. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: ICC/Revan, 2002, p. 42; BARATTA, Alessandro. Une politique rationnelle des drogues? Dimensions sociologiques du prohibitionnisme actuel. **Deviance et Société**, Paris, vol. 14, n.º. 2, 1990, pp. 157-158.

Não será à toa o reflexo desta concepção sobre a questão criminal na série de mitigações a direitos e garantias no processo penal, a exemplo, dentre outros, da inafiançabilidade do tráfico (art. 5º, XLIII, CF), a vedação de conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos (até 2012, na qual o dispositivo no tráfico “privilegiado” foi revogado pela Resolução nº 5, Senado Federal, face ao HC nº 97.256/RS, ao STF reconhecer a sua inconstitucionalidade), a ausência de um elemento subjetivo do tipo (especial fim de agir no caput do art. 33, inclusive com a expressão própria do consumo pessoal (“ainda que gratuitamente”), o que conduz o intérprete da norma à presunção de tráfico e conduz à inversão do ônus da prova (v.g. o indivíduo deve provar que é usuário para afastar a condenação por tráfico), a vedação de concessão de *sursis*, graça, indulto e liberdade provisória³³ (art. 44).

4. Do paradigma consolidado ao *destructuring impulse*: tensões às bases fundantes do modelo proibicionista

Indubitável o papel do “impulso desestruturador” (*destructuring impulse*)³⁴ ao reverberar um movimento contra-ideológico com pauta reativa às construções institucionais sobre o controle social, notadamente positivista-determinista (discurso oficial desde a segunda metade do século XIX), abdicando de modelos consensuais de sociedade e possibilitando novas reflexões sobre a questão criminal, em especial as produções sociológicas interacionistas dos EUA e o enfoque do etiquetamento (*labelling approach*), teorias conflituais e materialistas, que viriam a oferecer, posteriormente, aportes para a construção crítica

³³ Desde 2012, o STF entende que a vedação a liberdade provisória para tráfico de entorpecentes é inconstitucional e viola a presunção de inocência. Vide Habeas corpus. 2. Paciente preso em flagrante por infração ao art. 33, caput, Lei c/c 40, III, da Lei 11.343/2006. 3. Liberdade provisória. Vedação expressa (Lei n. 11.343/2006, art. 44). 4. Construção cautelar mantida somente com base na proibição legal. 5. Necessidade de análise dos requisitos do art. 312 do CPP. Fundamentação inidônea. 6. Ordem concedida, parcialmente, nos termos da liminar anteriormente deferida. (STF HC 104339 SP, Rel. Min. Gilmar Mendes, Data de Julgamento: 10/05/2012, Tribunal Pleno, Data de Publicação: Acórdão Eletrônico DJe-239, Divulg. 05-12-2012, Public. 06-12-2012).

³⁴ COHEN, Stanley. **Visions of social control: Crime, punishment and classification**. Cambridge: Polity Press, 1985, p. 31.

em criminologia. Trata-se da emergência do positivismo científico, pautado na “hipervalorização das ciências naturais” e na “neutralidade axiológica do saber”, sendo dimensionado a diversos setores da vida social, provocando incontestável impacto nas ciências da sociedade, sobretudo nas ciências criminais, que a partir de então estarão diante de uma radical ruptura do pensamento criminológico³⁵.

A crítica criminológica – aporte forjado pós-60 – contrarresta as bases do positivismo criminológico. Segundo Baratta: “La Criminologia ‘critica’ è una direzione della sociologia giuridico-penale e della sociologia criminale che si distingue dalla criminologia ‘tradizionale’ per un cambiamento dell’oggetto e del método intervenuti rispetto ad esse”³⁶, pois a criminologia crítica se distingue tanto quanto ao objeto quanto ao método tradicionais, por adotar, sobretudo, uma visão macrosociológica de compreensão da questão criminal.

Vários foram os contributos essenciais para sua construção, valendo citar: o *labelling approach* ou teoria do etiquetamento (criminologia interacionista), vindo a sofrer um “aperfeiçoamento”, sobretudo, com a abordagem materialista (enfoque socioestrutural). Enquanto paradigma da reação ou do controle social, o *labelling approach* corresponde à nova perspectiva de análise sobre a questão criminal. Desontologiza a ideia de “criminalidade” enquanto qualidade intrínseca da conduta, pois a concebe enquanto um rótulo, fruto do complexo processo (formal e informação) de interação social sofrido por algumas pessoas. O problema criminológico é deslocado da investigação das causas/fatores da criminalidade (etiologia), na qual se encontrava o “homem

³⁵ “O positivismo – em sua figuração ‘ideal-típica’ – está fundamentado num certo número de premissas que estruturam um ‘sistema’ coerente e operacional: 1. A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social, reina uma harmonia natural. 2. A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza (o que classificaremos como ‘naturalismo positivista’) e ser estudada pelos mesmos método, *démarches* e processos empregados pelas ciências da natureza. 3. As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos” (LÖWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. Trad. Juarez Guimarães & Suzanne Felicie Léwy. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2013, pp. 25-26).

³⁶ BARATTA, Alessandro. Che cosa è la criminologia critica? **Dei Delitti e Delle Pene**, Torino, n.º. 1, 1991, p. 53.

delinquente” como objeto, para os processos de criminalização (seletividade), partindo-se, então, das relações sociais.

As bases interacionistas são as principais contribuições teóricas para a desconstrução do delito enquanto ente (ontologia), do delinquente como “indivíduo patológico”, os dados oficiais sobre a criminalidade (estatísticas criminais), passando o paradigma etiológico por um *continuum* de desestabilização teórica, cujas premissas passam a ser rejeitadas, ocasionando verdadeiro “giro criminológico” (*criminological turn*), com o paradigma da reação social.

Em perspectiva teórica crítica, ademais de David Matza (*Becoming Deviant*, 1969), Becker, esclarece que a concepção sociológica com a qual trabalha entende *desvio* como a infração de alguma regra geralmente aceita, sendo ele próprio uma criação (construto) social, deixando bastante claro que essa percepção não compreende que as “causas do desvio” estão localizadas na situação social do desviante ou em outros “fatores sociais”, mas tão apenas que *grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio*, e uma vez aplicadas tais regras, as pessoas que as infringem, passam a ser rotuladas de *outsiders*³⁷.

O desvio não mais é, logo, uma qualidade de ato, como pensava o paradigma determinista, mas consequência da violação de regras. Ou seja, o desviante não é um ser patológico, senão alguém cujo rótulo fora aplicado com sucesso. Assim, as contribuições do *labelling* são de fundamental importância para o desenvolvimento criminológico, constituindo segundo Zaffaroni, “la función deslegitimante más importante e irreversible respecto del discurso jurídico-penal”³⁸, no exercício do poder do sistema penal, do qual não mais poderia se recuperar, a não ser fechando-se hermeticamente para a realidade social.

Segundo Salo de Carvalho, a crítica criminológica passou a denunciar o papel que o positivismo desempenhou na legitimação das instituições punitivas e do saber penal, tendo criado todas as ferramentas necessárias para justificar-se, ainda que enquanto mera “auxiliar” à dogmática. A adoção do paradigma etiológico desempenhou papel altamente funcional ao sistema penal e ignorou por completo as violências (re)produzidas pelas e nas suas agências de controle, resultando

³⁷ BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: Studies in the sociology of deviance. New York: The Free Press, 1963, pp. 8-9.

³⁸ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **En busca de las penas perdidas**: Deslegitimación y dogmática jurídico-penal. Buenos Aires: Ediar, 1998, p. 64.

em graves violações de direitos humanos, bem como nos processos de seletividade, consolidando um olhar a-histórico, despreocupado com a violência institucional³⁹.

Em *Surveiller et Punir* (1975), cujas teses foram encampadas para a questão criminal, Foucault ofereceu riquíssimo arcabouço teórico desmistificador da criminologia positivista. No que se referente ao sistema penal e suas agências, Foucault denunciou que, ao se justificar a partir da imposição de regras, mascararia seus efeitos reais. Desde uma “tecnologia política do corpo”, ao estudar o processo de metamorfose das práticas punitivas, compreendeu como o homem (“delinquente”) se tornou objeto de um saber de *status* “científico”, preocupado com mecanismos técnico-corretivos prisionais (correcionalismo/ressocialização). Assim, realizou cisão entre *funções latentes* e *reais*, atestando que a não redução da criminalidade não corresponde à crise da prisão, senão ao seu sucesso: *controle diferencial das ilegalidades*.

O atestado de que a prisão fracassa em reduzir os crimes deve talvez ser substituído pela hipótese de que a prisão conseguiu muito bem reproduzir a delinquência, tipo especificado, forma política ou economicamente menos perigosa – talvez até utilizável – de ilegalidade; produzir os delinquentes, meio aparentemente marginalizado, mas centralmente controlado; produzir o delinquente como sujeito patologizado. O sucesso da prisão: nas lutas em torno da lei e das ilegalidades, especificar uma ‘delinquência’ [...]. O sucesso é tal que, depois de um século e meio de ‘fracasso’, a prisão continua a existir, produzindo os mesmos efeitos e que se têm os maiores escrúpulos em derrubá-la⁴⁰.

Desta feita, a criminologia crítica passa a compreender o controle social gerenciado pelos interesses das classes hegemônicas a partir do exercício do poder punitivo, que, por sua vez, coloca o sistema penal como mecanismo de manutenção e reprodução das desigualdades sociais e, portanto, um instrumento essencialmente seletivo quanto à escolha político-criminal dos bens jurídicos a serem tutelados – criação da lei penal (criminalização/seletividade primária) –, e discriminatório quanto ao exercício racista, classista, sexista etc., das

³⁹ CARVALHO, Criminologia crítica..., pp. 284-285.

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: História da violência nas prisões. Trad. Raquel Ramalhe. 40ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012, pp. 262-263.

agências de controle penal – aplicação da lei penal (criminalização seletividade/secundária)⁴¹.

A riqueza teórica proveniente do novo aporte criminológico é indiscutível. Muito mais que uma “teoria científica politizada”, a criminologia crítica precisa ser entendida a partir de seu diálogo de origem (“academia-movimentos sociais”), como “antiteoria”⁴², isto é, como *movimento (criminologia da práxis)*⁴³ (e não como “Escola”), de conotação revolucionária e contestatória, alinhavada a emancipação social. Assim, seu arcabouço desenvolvido na América Latina e no Brasil, notadamente a partir dos contributos centrais, está a “radiografar” a problemática circunscrita, direcionando atenção à deslegitimação dos sistemas penais, propiciando fundamentos teórico-empíricos que efetivamente busquem compreender o “[...] controle penal e salvar vidas humanas (limite negativo extremo do saber criminológico) a reconstruir modelos alternativos e modelos não violentos para responder positivamente aos problemas e conflitos sociais (limite positivo extremo do saber criminológico)”⁴⁴, em conformidade aos horizontes perquiridos pela democracia e os direitos humanos. Então,

⁴¹ Salo de Carvalho realiza síntese precisa da agenda negativa da teoria criminológica problematizadora: “1.º) Crítica aos fundamentos e aos pressupostos da (micro) criminologia ortodoxa (positivismo criminológico): (a) negação dos modelos consensuais de sociedade; (b) negação do postulado causal-determinista do delito e do caráter patológico do delinquente; (c) negação do caráter científico do saber criminológico e da neutralidade do criminólogo; (d) invalidação dos critérios metodológicos de constatação da criminalidade (estatísticas criminais e ambiente carcerário). 2.º) Crítica aos fundamentos e aos pressupostos do direito penal dogmático: (a) negação dos discursos de igualdade e de imparcialidade na eleição dos bens jurídicos (criminalização primária); (b) negação do caráter positivo atribuído à sanção penal (pena útil). 3.º) Crítica às diretrizes operacionais (funcionamento) das agências e das instituições do sistema punitivo: (a) demonstração do caráter seletivo de incidência do controle penal (criminalização secundária); (b) demonstração das contradições existentes entre as funções reais exercidas pelo sistema penal e as funções declaradas pelo direito penal e pela criminologia (discursos oficiais e científicos de legitimação). 4.º) Crítica do sistema político-econômico que configura o sistema punitivo: (a) denúncia da funcionalidade do sistema penal para a manutenção capitalista; (b) demonstração da relação de dependência existente entre o sistema político-econômico (questões de poder e relações de produção) e o sistema de controle social punitivo” (CARVALHO, Criminologia crítica..., pp. 278-288).

⁴² ANIYAR DE CASTRO, **Criminologia**..., 2005.

⁴³ CARVALHO, Criminologia crítica..., p. 292.

⁴⁴ ANDRADE, **Pelas Mãos da Criminologia**..., p. 117.

[...] la criminología es el saber (conjunto de conocimientos) que nos permite explicar cómo operan los controles sociales punitivos de nuestro margen periférico, qué conductas y actitudes promueven qué efectos provocan y cómo se los encubre en cuanto ello sea necesario o útil para proyectar alternativas a las soluciones punitivas o soluciones punitivas alternativas menos violentas que las existentes y más adecuadas al progreso social⁴⁵.

Por tudo, “a criminologia não é uma disciplina inocente”⁴⁶: quanto à tradicional, fica demonstrado que é parte importante da vertente ideológica e política do controle social; quanto à nova, crítica, libertadora, inimiga do poder, deve se direcionar a compreender as relações de poder, autoridade e controle social próprias da realidade do controle penal latino-americano.

[...] a prática da separação entre saudáveis e enfermos e entre bons e maus permite ao mesmo tempo a legitimação das funções de controle próprias ao estado assistencial e à repressão própria da sociedade punitiva. Através do estereótipo de drogadicto enquanto enfermo e enquanto pessoa má, e da grande relevância deste estereótipo na comunicação de massas e na opinião pública, produz-se o **encobrimento repressivo dos conflitos reais fundamentais em nossa sociedade e nas relações internacionais**⁴⁷.

Não é em vão que Sebastian Scheerer afirma: “Conflicts over drug policy are social and ideological conflicts, in which drugs in question serve as symbols for rather than a cause of the conflict”⁴⁸. A seguir, as consequências reais da *war on drugs* no Brasil.

5. Resistência ao punitivismo e ao genocídio face ao grande encarceramento: a criminologia dos direitos humanos

A operacionalidade real do sistema penal é oposta às funções declaradas. Existe uma contradição entre “sistema penal aparente” e o

⁴⁵ ZAFFARONI, *Criminología*..., p. 20.

⁴⁶ ANIYAR DE CASTRO, *Criminologia*..., p. 28.

⁴⁷ BARATTA, Alessandro. Fundamentos Ideológicos da Atual Política Criminal sobre Drogas. In: GONÇALVES, Odair Dias; BASTOS, Francisco Inácio (Org.). **Só Socialmente**... Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992, pp. 48-49, grifo nosso.

⁴⁸ SCHEERER, Sebastian. Political ideologies and drug policy. *European Journal on Criminal Policy and Research*, vol. 1, issue 1, 1993, p. 97.

que Lola Aniyar de Castro⁴⁹ chamou de “sistema penal subterrâneo”, no qual seu conjunto de agências executivas atuam à margem da legalidade realizando processos de criminalização gerenciados pelo estereótipo de indivíduos (presunção de culpabilidade), garantem a marginalidade social e neutralizam direitos das massas e classes subalternas, com procedimentos de exceção (v.g. violências policiais, violações de domicílio e de direito à imagem, prisões preventivas arbitrárias, execuções, imposição de sofrimentos etc.). Zaffaroni⁵⁰ identifica que a seletividade, a violência e as suas formas de reprodução, a manifestação contínua de condutas cada vez mais lesivas, a corrupção institucionalizada, a verticalização e a destruição das relações sociais, não podem ser compreendidas como problemas conjunturais, senão estruturais ao exercício de todos os sistemas penais.

Porém, se por um lado, os sistemas penais apresentam problemas inerentes à sua arquitetura funcional, por outro, a problemática latino-americana é potencializada: na margem global, os níveis de corrupção, estratificação, seletividade, desigualdade, são inigualáveis. Segundo o criminólogo portenho, em nossos sistemas penais marginais as agências de punitividade operam com um nível tão alto de violência que causam mais mortes que a totalidade de homicídios dolosos entre desconhecidos cometidos por particulares, não obstante, implicitamente genocidas, claramente opera via signo *morte*: “genocídio em andamento”⁵¹.

⁴⁹ ANIYAR DE CASTRO, Lola. Derechos Humanos, Modelo Integral de la Ciencia Penal y Sistema Penal Subterráneo. In: ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Sistemas Penales y Derechos Humanos en América Latina**. Buenos Aires: Depalma, pp. 233-247, 1984.

⁵⁰ ZAFFARONI, *En Busca de las Penas*..., pp. 27-30.

⁵¹ Considerando os sistemas penais latino-americanos como “marginais” em três sentidos – (a) estamos na periferia do poder planetário em relação aos países centrais, (b) os fatos de poder devem ser entendidos na relação de dependência com o poder central e (c) a maioria da população-alvo da violência do sistema penal é composta por marginalizados pelo poder –, Zaffaroni descreve o singular da operacionalidade das agências de punitividade: a morte: “Hay muertes en enfrentamientos armados (unos pocos reales y la mayoría simulados, o sea, fusilamientos sin proceso); hay muertes por grupos parapoliciales de exterminio en varias regiones; hay muertes por grupos policiales o parapoliciales que implican la eliminación de competidores en actividades ilícitas (disputas por monopolio de distribución de tóxicos, juego, prostitución, áreas de hurtos, robos domiciliarios, etc.); hay “muertes anunciadas” de testigos, jueces, fiscales, abogados, periodistas, etc.; hay muertes de torturados que no “aguantaron” y de otros en que a los

A Human Rights Watch⁵² analisou em seu último relatório dentre outros aspectos, a segurança pública e a prática das agências policiais no cotidiano brasileiro, dando destaque para 436 mortes no Rio de Janeiro e 505 mortes em São Paulo (aumento equivalente a 93% se comparado a 2013), nos primeiros nove meses de 2014. Ademais, destacou as péssimas condições de higiene/habitação em instituições prisionais, marcadas pela superlotação – que teve aumento de 45% de 2006 para 2013, com mais de 230.000 presos provisórios – e violência intracarcerária, com várias denúncias (5.431) de tortura, maus-tratos e tratamentos cruéis em unidades prisionais e repartições policiais encaminhadas para a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos nas quais agentes da segurança pública e administração penitenciária apenas excepcionalmente são responsabilizados, como se a lógica do sistema penal realmente possibilitasse a retroalimentação da violência cotidiana.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁵³, no marco de seu último anuário, a cada 3 (três) horas pelo menos uma pessoa foi morta pela polícia em 2014, resultando em um total de 3.009 vítimas (37,2% de crescimento de letalidade em relação a 2013), morrendo, paralelamente, ao menos um policial por dia (398 ao todo, ou seja,

torturadores “se les fue la mano”; hay muertes “ejemplarizantes”, en las que se exhibe el cadáver, a veces mutilado, o se envían partes del cadáver a los familiares, practicadas por grupos de exterminio pertenecientes al personal de las agencias de los sistemas penales; hay muertes por error o negligencia, de personas ajenas a cualquier conflicto; hay muertes del personal de las propias agencias del sistema penal; hay alta frecuencia de muertes en los grupos familiares de ese personal y cometidas con las mismas armas que proporciona la agencia; hay muertes por uso de armas a cuya tenencia y adquisición se instiga permanentemente a la población y en circunstancias que nada tienen que ver con los motivos de esa instigación pública; hay muertes como represalia por el incumplimiento de palabras dadas en actividades ilícitas cometidas por personal de esas agencias del sistema penal; hay muertes violentas en motines carcelarios, de presos y de personal penitenciario; hay muertes por violencia ejercida contra presos en las prisiones; hay muertes por violencia entre presos; hay muertes por enfermedades no tratadas en las prisiones; hay muertes por altísima tasa de suicidios entre los criminalizados y entre el personal de todas las agencias del sistema penal (sean suicidios manifiestos o inconscientes); hay muertes...” (ZAFFARONI, *En busca...*, pp. 128-129).

⁵² HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report: Events of 2014**. New York: HRW, 2015, pp. 115-117.

⁵³ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, ano 9, 2015.

redução de 2,5% em relação a 2013). A Anistia Internacional⁵⁴, por sua vez, destacou, em estudo sobre práticas policiais no Rio de Janeiro, o impacto que os estereótipos associados à juventude, negra, marginalizada, das favelas, contribuem para a banalização/naturalização da violência, ao apontar principalmente que: (a) 8.466 foram as vítimas de homicídios decorrentes da intervenção policial (2005-2014); (b) com um aumento de 143% (1980 a 2012), durante o ano 2012, das 56.000 pessoas assassinadas, destas, mais de 50% possuíam entre 15 a 29 anos, sendo 77% negras.

É válido ainda registrar dados do Atlas da Violência (2016)⁵⁵, cuja análise se dá entre 2004 e 2014: (a) até 2014, pelo menos 59.627 pessoas foram vítimas de homicídio no Brasil (taxa equivalente a 29,1 mortes/100.000 habitantes); (b) este resultado é equivalente a mais de 10% das mortes contabilizadas em todo o mundo, segundo os dados oficiais (o Brasil se encontra entre as 12 maiores taxas de homicídios a cada 10.000 habitantes no *ranking* mundial, que conta com 154 países); (c) em 2014, 61 jovens, entre 15 a 29 anos, foram vítimas de homicídio para cada 100.000 jovens; (d) de 2004 a 2014, a taxa de homicídios de negros aumentou em 18,2% (ao tempo que o indicador de não negros diminuiu 14,6%). O que se pode concluir é que, ao contrário da ilusão que o sistema penal busca prover (redução e controle da criminalidade e dos índices de violência), o que se percebe é uma total reversão, pois, ainda que fosse contabilizada a margem de erro referente a toda pesquisa oficial, os índices são provas incontestáveis da irrealizabilidade do projeto político-criminal declarado.

No que se refere aos índices de encarceramento, os últimos dados do Infopen, sistema de informações estatísticas vinculado ao Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, relativos à junho de 2014, o sistema penitenciário brasileiro ultrapassou pela primeira vez em sua história a marca de 600.000 pessoas presas, com exatas 607.731, para 376.669 vagas (taxa de ocupação: 161% vagas), totalizando um déficit de 231.062 vagas, aumento equivalente a 575% desde a década de 90 (6,7 vezes maior). Assim, o International Centre

⁵⁴ ANISTIA INTERNACIONAL. **Você matou meu filho!** Homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015.

⁵⁵ CERQUEIRA, Daniel et al. **Mapa da Violência 2016**. Brasília: FBSP/IPEA, 2016, pp. 39-40.

for Prison Studies (ICPS)⁵⁶, do Institute for Criminal Policy Research na University of London, aponta o Brasil (607.731) como o 4º país com maior população carcerária absoluta do mundo, ficando atrás de Estados Unidos (2.217.000), China (1.657.812) e Rússia (642.444).

Quanto ao perfil desta população que ocupa as prisões brasileiras, nota-se: (a) a maior parte ser formada por jovens (31%, 18 a 24 anos; 25%, 25 a 29 anos – a população de jovens é maior no sistema penal que na população em geral, com 21,5%); (b) 2 a cada 3 presos é negro (67% da população prisional em geral são negros); (c) o grau de instrução escolar é baixíssimo (53%, ensino fundamental incompleto e 12% completo, 11% ensino médio incompleto, 7% ensino médio completo, 6% analfabetos); (d) a maior parte da população está presa por crimes relacionados às drogas ou crimes patrimoniais, como tráfico (27%) (aqui, enquanto o tráfico equivale à 25% de delitos praticados por homens, para mulheres, transita pra 63%), roubo (21%) e furto (11%), além de apresentar taxa relevante de homicídios (14%).

É de se questionar: o que as pesquisas quanto à incidência do poder punitivo às pessoas-alvo da guerra às drogas têm a dizer? Ainda que restritas a determinadas realidades e não generalizantes, é preciso destacar: (a) Se até 2012 o maior número de pessoas presas no Brasil se resumia ao delito de roubo, hoje o contingente carcerário preso por tráfico é maior, sendo responsável por mais de ¼ do encarceramento total; (b) A maioria das pessoas presas são sozinhas, respondem individualmente a processo, são presas por relativamente baixas quantidades de droga e não fazem parte de “organizações criminosas” (pesquisa: RJ e DF); (c) De 2007 para 2012, o número de mulheres presas por tráfico aumentou em 77,11% (maioria não-branca, em idade fértil, entre 18 e 30 anos e de baixa escolaridade) (Infopen)⁵⁷; (d) nos casos de prisões em flagrantes, pouquíssimas armas são apreendidas, sendo alvo da guerra às drogas o setor mais fraco e inofensivo do comércio ilícito de entorpecentes (pesquisa: RJ)⁵⁸.

⁵⁶ INTERNATIONAL CENTRE FOR PRISON STUDIES. **World Prison Brief**: Highest to lowest – prison population total. Available at: <<http://www.prisonstudies.org/world-prison-brief>>. Accessed 27 dec. 2015.

⁵⁷ BOITEUX, Luciana. Drogas e cárcere: Repressão às drogas, aumento da população penitenciária brasileira e alternativas. In: SHECAIRA, Sérgio Salomão (Org.). **Drogas: Uma nova Perspectiva**. São Paulo: IBCCRIM, 2014, p. 92.

⁵⁸ D'ELIA FILHO, **Acionistas**..., p. 117.

Dáí Vera Malaguti questionar: “o que dizer de um projeto penal que é a causa principal da morte de 33.000 jovens em 10 anos no Rio de Janeiro? Estamos com uma constante em torno de 1.000 homicídios/ano em ‘autos de resistência’, confrontos com a polícia. [...] enquanto isso, o capitalismo enlouquecido vive à custa de drogas farmoquímicas da indústria transnacional”⁵⁹.

Definitivamente, “A atual política de guerra contra às drogas, para além de revelar um verdadeiro fracasso naquilo que se propõe, oculta sua função real que cumpre com magnitude: o controle social das classes perigosas”⁶⁰. Desde a transnacionalização e militarização, funciona, como técnica globalizante e criminalizadora, para a identificação de populações que devem ser reguladas de outras maneiras⁶¹. Se assim o é, sua revisão é não apenas necessária como urgente. Neste sentido, nos precisos termos de Alessandro Baratta:

A alternativa antiproibicionista no setor das políticas das drogas é antes de tudo uma alternativa pacífica contra a violência da proibição [...]. É a luta contra a imposição de modelos infantis, mas nem por isso menos trágicos, na administração de situações problemáticas que as reproduzem e as fazem mais graves, quando não as produzem diretamente. Neste sentido é a luta pelo resgate da autonomia de todos os sujeitos e pela emancipação do saber coletivo como condições para uma percepção realista, uma solução racional e justa de problemas e conflitos⁶².

Ao realizar diagnóstico das consequências da adoção do referencial criminológico-positivista, a criminologia crítica aponta, em destacada vertente preocupada com a limitação da violência punitiva, a necessidade de compreensão dos direitos humanos enquanto limite e objeto de seu discurso criminológico, com o objetivo central de elaboração de uma política criminal de proteção integral de direitos,

⁵⁹ BATISTA, Vera Malaguti. Prefácio. In: CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil**: Estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 18.

⁶⁰ D'ELIA FILHO, **Acionistas**..., p. 125.

⁶¹ CORVA, Dominic. Neoliberal globalization and the war on drugs: Transnationalizing illiberal governance in the Americas. **Political Geography**, 27 (2), 2008, p. 176.

⁶² BARATTA, **Fundamentos Ideológicos**..., pp. 48-49.

podendo se falar, em última análise, em criminologia crítica do século XXI enquanto “criminologia dos direitos humanos”;

La Criminología de los Derechos Humanos controla los controles. Y para ello, debe tener bajo observación permanente los movimientos de toda relación fáctica de poder. Un penalista crítico y un criminólogo crítico se encuentran en el mismo terreno, en un trabajo fordista de aporte, asimilación y reelaboración. El criminólogo, con los pies en la tierra, aporta el dato crítico exterior. El penalista lo convierte en tendencias modernas de la Dogmática. [...] Es así como la Criminología de los Derechos Humanos como Criminología Crítica del Siglo XXI, será un compromiso con la vida, la igualdad, la libertad, la inclusión y la seguridad. Y no dará cuartel ni al fascismo, ni a la derecha, ni a lo que pretenda llamarse izquierda con violación de derechos humanos⁶³.

Assim, desde o marco teórico criminológico, resta fértil o terreno para a projeção de um outro olhar (crítico e antiproibicionista) sobre a atual política criminal de drogas no Brasil, um outro olhar, vale dizer, que, tendo os direitos da pessoa e a busca pela consolidação do projeto democrático como primado, alerta para a (urgente) necessidade da revisão integral desta *política criminal com derramamento de sangue*⁶⁴.

6. À guisa de conclusão

A ideia central propalada e desenvolvida neste ensaio corresponde à necessidade urgente de se refletir a atual política criminal de drogas brasileira em consonância com a teoria criminológica produzida no contemporâneo. Conceber a atualidade do pensamento sobre a questão criminal significa também compreender que a atual programação de reação belicista às práticas de comércio e de consumo de drogas tornadas ilícitas carrega consigo uma matriz criminológica consubstanciada, que não é neutra e que está direcionada a realização de funções não formalmente declaradas (ocultas).

⁶³ ANIYAR DE CASTRO, Lola. La criminología crítica en el siglo XXI como criminología de los derechos humanos y la contra-reforma humanística o las teorías criminológicas no son inocentes. *Revista Interferencias*, Córdoba, v. 0, n. 1, 2010, p. 23.

⁶⁴ BATISTA, Política criminal com derramamento..., pp. 129-146.

Incorporar a crítica criminológica ao modelo brasileiro de *war on drugs*, gestado pelo “paradigma da diferenciação” sob o manto da defesa social e as sendas do discurso político, possibilita desvelar as funções reais de controle social excludente das classes marginalizadas via sistema penal. Mais que isso: permite compreender que a atual política de drogas está intimamente ligada – porque com responsabilidade inegável – aos principais problemas da atualidade da questão criminal na conjuntura brasileira: o punitivismo, o genocídio em ato e o grande encarceramento.

Desde o ponto de vista da complexidade fenomênica envolta no caso, rever a atual programação jurídico-política a partir da perspectiva crítica é não apenas uma tarefa fundamental, senão urgente, enquanto medida desnaturalizadora da potencialidade violenta imposta pelo paradigma vigente face a atuação operacional das agências estatais de controle sociopunitivo no cotidiano forense e da periferia.

É compreendendo a realidade e buscando constranger o autoritarismo punitivo incito a esta forma de gestão de poder, adotando uma abordagem deslegitimadora que problematize a funcionalidade do poder punitivo e da pena enquanto mecanismos funcionais para satisfação dos interesses sociais desde a criminologia dos direitos humanos, que a questão das drogas deve ser (re)pensada como condição de possibilidade de resistência democrática e antiproibicionista, sempre em respeito a autonomia e liberdade individuais.

Referências

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia: O controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012.

_____. Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: Mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. *Sequência*, Florianópolis, v. 30, 1995.

ANIYAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia da libertação**. Trad. Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2005.

_____. Derechos humanos, modelo integral de la ciencia penal y sistema penal subterráneo. In: ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Sistemas penales y derechos humanos en América Latina**. Primer Informe. Buenos Aires: Depalma, pp. 233-247, 1984.

_____. La criminología crítica en el siglo XXI como criminología de los derechos humanos y la contra-reforma humanística o las teorías

criminológicas no son inocentes. **Revista Interferencias**, Córdoba, v. 0, n.º. 1, pp. 15-25, 2010.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Você matou meu filho!** Homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015.

ÁVILA, Gustavo Noronha de; CARVALHO, Érika Mendes de. Falsos bens jurídicos e política criminal de drogas: Uma aproximação crítica. In: BRAGA, Romulo Rhemo Palitot; GUERRA, Amparo Martínez (Org.). **III Encontro de Internacionalização do CONPEDI**. Madrid: Ediciones Laborum, 2015.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: Introdução à sociologia do direito penal. 3ª ed. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: ICC/Revan, 2002.

_____. Criminología y Dogmática Penal. Pasado y futuro del modelo integral de la ciencia penal. **Papers**: Revista de Sociología, Barcelona, n.º. 13, pp. 13-48, 1980.

_____. Fundamentos ideológicos da atual política criminal sobre drogas. In: GONÇALVES, Odair Dias; BASTOS, Francisco Inácio (Org.). **Só Socialmente...** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

_____. Une politique rationnelle des drogues? Dimensions sociologiques du prohibitionnisme actuel. **Deviance et Société**, Paris, vol. 14, n.º. 2, pp. 157-178, 1990.

BATISTA, Nilo. Política criminal com derramamento de sangue. **Discursos Sediciosos**, Rio de Janeiro, v. 5/6, pp. 129-146, 1998.

BATISTA, Vera Malaguti. Prefácio. In: CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil**: Estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: Studies in the sociology of deviance. New York: The Free Press, 1963.

BOITEUX, Luciana. Drogas e cárcere: Repressão às drogas, aumento da população penitenciária brasileira e alternativas. In: SHECAIRA, Sérgio Salomão (Org.). **Drogas**: Uma nova Perspectiva. São Paulo: IBCCRIM, 2014.

CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

_____. **A política criminal de drogas no Brasil**: Estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. Criminologia crítica: Dimensões, significados e perspectivas atuais. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, n.º. 104, set/out, pp. 279-303, 2013.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Mapa da Violência 2016**. Brasília: FBSP/ IPEA, 2016.

COHEN, Stanley. **Visions of social control**: Crime, punishment and classification. Cambridge: Polity Press, 1985.

CORVA, Dominic. Neoliberal globalization and the war on drugs: Transnationalizing illiberal governance in the Americas. **Political Geography**, 27 (2), pp. 176-193, 2008.

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada**: Quem são os traficantes de drogas. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

DRUG POLICY ALLIANCE. **A brief history of drug war**. Available at: <<http://www.drugpolicy.org/new-solutions-drug-policy/brief-history-drug-war>>. Accessed 09 July 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, ano 9, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012.

_____. **Vigiar e punir**: História da violência nas prisões. 40ª ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2012.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método – I**: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Trad. Flávio Paulo Meurer. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

HULSMAN, Louk; VAN RANSBEEK, Hilde. Evaluation critique de la politique des drogues. **Déviance et Société**, Genève, vol. 7, n.º. 3, pp. 271-280, 1983.

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report**: Events of 2014. New York: HRW, 2015.

INTERNATIONAL CENTRE FOR PRISON STUDIES. **World Prison Brief**: Highest to lowest – prison population total. Available at: <<http://www.prisonstudies.org/world-prison-brief>>. Accessed 27 dec. 2015.

KARAM, Maria Lúcia. Legislações proibicionistas em matéria de drogas e danos aos direitos fundamentais. **Verve**, São Paulo, n.º. 12, pp. 181-212, 2007.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen**: Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. Trad. Juarez Guimarães & Suzanne Felicie Léwy. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

OLMO, Rosa del. **A face oculta da droga**. Trad. Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

PAVARINI, Massimo. **Control y dominación**: Teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

ROCCO, Arturo. Il problema e il metodo della scienza del diritto penale. **Rivista de Diritto e Procedura Penale**, v. 1, pp. 497-561, 1910.

SCHEERER, Sebastian. Political ideologies and drug policy. **European Journal on Criminal Policy and Research**, vol. 1, issue 1, pp. 94-105, 1993.

_____. Teses para a aporia do discurso médico-jurídico. In: GONÇALVES, Odair Dias; BASTOS, Francisco Inácio (Org.). **Só Socialmente...** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

YOUNG, Jock. **Drugs**: Absolutism, relativism and realism. Available at: <<http://www.malcomread.co.uk/JockYoung/subculture.htm>>. Accessed 24 July 2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A questão criminal**. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

_____. **Criminología**: Aproximación desde un margen. Vol. I. Bogotá: Temis, 1988.

_____. **En busca de las penas perdidas**: Deslegitimación y dogmática jurídico-penal. Buenos Aires: Ediar, 1998.

_____. Guerra às drogas e letalidade do sistema penal. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 63, out./dez., pp. 115-123, 2013.